



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 152

IV Sessão Legislativa

Horta, sexta-feira, 09 de setembro de 2016

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 15 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, o Sr. Deputado Valdemiro Vasconcelos (*PSD*) usou da palavra para uma intervenção de despedida.

De seguida, entrou-se no debate e votação dos diplomas agendados na Agenda da Reunião, com a continuação da [**Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 76/X – “Cria a derrama regional a vigorar na Região Autónoma dos Açores e aprova o respetivo regime jurídico”**](#).

Usaram da palavra os/as Srs./as Deputados/as Aníbal Pires (*PCP*), Zuraída Soares (*BE*), Francisco César (*PS*), Graça Silveira (*CDS-PP*) e a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*)

Submetido à votação o diploma foi aprovado por maioria.

Seguiu-se o debate da [**Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 77/X – “Aprova o Sistema de Adesão ao selo da «Marca Açores Certificado pela Natureza» e o seu regime contraordenacional”**](#).

Apresentado o diploma pelo Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*), usaram da palavra os/as Srs./as Deputados/as Renato Cordeiro (*PSD*), Graça Silveira (*CDS-PP*), Francisco César (*PS*) e a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*).

A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

Posteriormente iniciou-se o debate do [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 62/X – “Determina a aquisição de um navio com capacidade de transporte de passageiros, veículos e carga, para estabelecimento de uma ligação marítima regular, anual, entre as ilhas de S. Miguel e Santa Maria”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Apresentado o diploma pelo Sr. Deputado Aníbal Pires (*PCP*), usaram da palavra os Srs. Deputados Duarte Moreira (*PS*), Jorge Macedo (*PSD*), Graça Silveira (*CDS-PP*) e o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes (*Vítor Fraga*).

O Projeto de Decreto Legislativo Regional foi rejeitado por maioria.

Também por maioria foi rejeitado o [Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 72/X – “Repõe o direito à compensação por caducidade dos contratos a termo resolutivo celebrados com a Secretaria Regional da Educação e Cultura - Primeira Alteração ao Decreto Legislativo Regional 1/2016, de 8 de janeiro”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Justificada a urgência e a dispensa de exame em Comissão pelo Sr. Deputado Aníbal Pires (*PCP*), usaram da palavra os Srs. Deputados Nuno Meneses (*PS*), Joaquim Machado (*PSD*) e a Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*).

Por unanimidade, foi aprovada a **Proposta de Deliberação que declara findo o período legislativo de setembro de 2016.**

Antes de encerrada a sessão, usou da palavra a Sra. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para uma intervenção de despedida no final da X Legislatura.

Eram 12 horas e 43 minutos.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Sr. Secretário.

Vamos começar pela chamada.

Eram 10 horas e 15 minutos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

António Gonçalves Toste Parreira

Arlinda Maria Focha Nunes

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Berto José Branco Messias

Catarina Paula Moniz Furtado

Cecília do Rosário Farias Pavão

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Duarte Manuel Braga Moreira

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

José António Vieira da Silva Contente

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José Manuel Gregório de **Ávila**

Letícia Maria Dias Lourenço **Vieira**

Lizuarte Manuel **Machado**

Maria da **Graça** Oliveira **Silva**

Marta Cristina Moniz do **Couto**

Nuno Miguel Aguiar de **Meneses**

Pedro Miguel Medeiros de **Moura**

Renata **Correia Botelho**

Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Baptista Soares **Marinho**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Cláudio Borges **Almeida**

Humberto Trindade Borges de **Melo**

Jorge Alberto da **Costa Pereira**

Jorge Manuel de Almada **Macedo**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís **Maurício** Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Maria **Judite** Gomes **Parreira**

Paulo Jorge da Silva **Ribeiro**

Renato Jonas de Sousa Linhares **Cordeiro**

Valdemiro Adolfo dos Santos **Vasconcelos**

Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS-PP)

Ana Carina Alberto Espínola

Maria da **Graça Silveira**

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida Soares

Partido Comunista Português (PCP)

Aníbal da Conceição Pires

(*) **Deputado Valdemiro Vasconcelos (PSD)**: Uma vez que é a última vez que faço a chamada, aproveito esta oportunidade, com autorização de Sua Excelência a nossa Presidente da Assembleia, e estando a terminar os trabalhos parlamentares 2012/2016, para expressar aqui neste momento o meu agradecimento pela forma cordial, solidária e amigável como nos relacionámos durante estes quatro anos.

Foi para mim uma experiência muito salutar, bastante interessante e motivadora.

Peço desculpa se houve da minha parte algum erro ou alguma má interpretação, mas errar é humano.

Politicamente não vou estar aqui, mas vou andar por aí.

Desejo a todos uns ótimos sucessos nas suas vidas, quer políticas, quer particulares. Muitas felicidades a todos!

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 42 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Ficámos ontem no debate do ponto 10 da nossa Agenda.

Não temos inscrições. Já foi distribuída por todos a proposta de alteração apresentada pelo PCP.

Pergunto, por isso, se há inscrições?

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo: A proposta de alteração, que já está distribuída pelas bancadas, visa repor os valores da derrama regional que estão consagrados na derrama do Estado. E porquê?

É bom que fique claro para todos nós e particularmente para as açorianas e açorianos, para o povo açoriano, de que estamos a falar de uma derrama que só é aplicada a empresas que tenham uma massa tributável superior a um milhão e quinhentos mil euros.

Portanto, não estamos a falar na generalidade das empresas açorianas. Estaremos a falar, enfim, de três, quatro, cinco, seis empresas, uma vez que não temos esse número apurado.

Como tal, é bom que fique claro por que é que o PCP está a repor o valor, idêntico ao da derrama do Estado que agora estamos a transpor para o quadro jurídico regional, porque estamos a falar destas e não da generalidade das empresas açorianas.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Vou já terminar, Sra. Presidente.

Estamos a falar, portanto, de duas ou três empresas que são as grandes empresas da Região e essas certamente têm essa responsabilidade de contribuir com a sua tributação para o aumento da receita regional.

Quanto ao princípio que subjaz a esta iniciativa apresentada pelo Governo Regional, pois com certeza que estamos de acordo com ele, é o exercício do uso

das nossas competências autonómicas que, aliás, o PCP tem vindo a reivindicar, durante esta e anteriores legislaturas, que se exerçam efetivamente todas as nossas competências autonómicas.

Muito obrigado, Sra. Presidente, designadamente pela tolerância.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Vamos então passar à votação.

Votação na generalidade deste diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A Proposta de Decreto Legislativo Regional apresentada foi aprovada com 22 votos a favor do PS, 14 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Passamos então agora ao debate e votação na generalidade.

Julgo não haver inscrições. Vamos então votar o artigo 1.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração apresentada...

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, eu gostava de ouvir o Governo, nomeadamente o Sr. Vice-Presidente, pronunciar-se sobre esta

proposta de alteração. Isto não é apresentar só uma proposta de alteração e não ouvir o contraditório.

A votação, o sentido da votação, também dependem desse contraditório. Não ouvi o Sr. Vice-Presidente dizer nada.

Presidente: Sra. Deputada, a Mesa regista a sua interpelação.

O Sr. Deputado Francisco César pede a palavra para uma interpelação também?

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Para lembrar a Mesa de que esta proposta de alteração feita pela Representação Parlamentar do Partido Comunista Português foi referenciada ontem e foi dada nota e resposta da parte do Sr. Vice-Presidente e da parte desta bancada.

Deputada Zuraída Soares (BE): Não foi não!

O Orador: Fui muito claro. Nós achamos que os impostos devem descer. O PCP acha que não.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado. Fica também registada a sua interpelação.

Sra. Deputada Zuraída Soares é para intervir?

Deputada Zuraída Soares (BE): Não. Para uma interpelação.

Presidente: Tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Sra. Presidente, apenas para registar que o Sr. Vice-Presidente continua sem dizer coisa nenhuma, e como o Governo é o proponente desta iniciativa legislativa, eu insisto em ouvir o Governo.

Presidente: Está registada a sua interpelação.

A Sra. Secretária Regional pede a palavra para uma intervenção. Tem a palavra, Sra. Secretária.

(*) **Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Seria de estranhar que a Sra. Deputada não quisesse dar um ar da sua graça logo de manhã.

Deputada Zuraida Soares (BE): Eu sou muito engraçada!

A Oradora: Já aqui foi explicado pelo Sr. Deputado do PS, Francisco César, de que esta proposta é do PCP.

É ao PCP que cabe justificar a proposta.

Ontem, esta matéria foi debatida com toda a profundidade e toda a intensidade.

Se a Sra. Deputada não está confortável para votar a proposta do PCP, terá que dirigir as suas dúvidas, as suas questões e as suas angústias ao proponente, até porque, do confronto desta proposta com a redação original do Governo, não subsiste nenhuma dúvida, Sra. Deputada.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Três notas muito breves:

Primeiro esclarecer a Sra. Secretária Regional de que pedir esclarecimentos nesta Casa ao Governo ou a qualquer bancada,...

Deputado Francisco César (PS): Já foram dados!

A Oradora: ... não é uma gracinha, é uma obrigação.

Depois, dizer também que cabe a cada Deputado ou Deputada dizer se se sente ou não se sente esclarecido e essa margem não é ainda da posse da Sra. Secretária Regional ou de qualquer Membro do Governo.

Terceiro: a iniciativa legislativa é do Governo Regional. A proposta de alteração é do Partido Comunista.

Compreendi muito bem a argumentação do Partido Comunista ontem. Não ouvi o contraditório da parte do Sr. Vice-Presidente, aliás como não ouvi muitas outras coisas que foram aqui perguntadas: quantas empresas é existem na nossa Região que vão ser sujeitas? A quem este diploma se aplica? Também não ouvi a resposta.

Portanto, há várias respostas para dar e eu vou continuar a ser engraçadinha durante o resto da manhã e a pedir esclarecimentos.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Primeiro, a Sra. Deputada Graça Silveira que pede a palavra para uma interpelação. Tem a palavra, Sra. Deputada.

Deputado Aníbal Pires (PCP): E eu era para quê?

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo...

Presidente: Peço desculpa, Sra. Deputada.

Seria para intervir no debate, não?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não, não era. Era para uma interpelação!

Presidente: Então peço desculpa, Sra. Deputada Graça Silveira. Sendo assim, terei que dar a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires para uma interpelação e peço desculpa pelo meu lapso.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** É para solicitar à Mesa que me informe qual o tempo que tenho disponível para o debate.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado, a Mesa informa que o Sr. Deputado já não tem tempo para intervir neste debate.

Agora, sim, Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra para uma interpelação.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ontem, o CDS pediu ao Sr. Presidente da Comissão que fizesse chegar à Mesa o comprovativo do pedido de audição.

(Aparte inaudível do Deputado Francisco César)

A Oradora: Sim, com certeza. Da data quando foi feito o pedido de audição e a resposta que foi dada, na linha daquilo que a Sra. Deputada Zuraida Soares colocou, de quantas empresas seriam abrangidas por esta medida, porque segundo parece, a Autoridade Tributária é que nos pode esclarecer. Portanto, gostaria de saber em que ponto é que está o processo e se nos pudesse fazer chegar esse documento.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Vamos então passar à votação.

Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo PCP ao artigo 2.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 24 votos contra do PS, 15 votos contra do PSD, 2 votos contra do CDS-PP, 1 voto a favor do BE e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 2.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Pergunto à câmara se posso colocar à votação em conjunto os últimos três artigos deste diploma. Falta votar o 3.º, o 4.º e o 5.º.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Para o artigo 4.º não há uma proposta de alteração do PCP?

Presidente: Tem sim senhor.

Então colocarei agora à votação o artigo 3.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Agora, sim, a proposta de alteração apresentada pelo PCP ao artigo 4.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 24 votos contra do PS, 15 votos contra do PSD, 2 votos contra do CDS-PP, 1 voto a favor do BE e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 4.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 abstenção do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Artigo 5.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: Em votação final global o Projeto de Decreto Legislativo Regional apresentado foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires pede a palavra para?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Para uma declaração de voto.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta iniciativa que foi aprovada ainda com a abstenção do PCP visa o exercício de uma competência autonómica e quanto a isso só poderia merecer o apoio do PCP, mas o seu objeto dirige-se (para além de se adequar a derrama ou se importar a derrama estadual, criá-la na Região Autónoma dos Açores) para um núcleo muito reduzido de empresas e empresas que têm um volume de negócios, digamos, com valores muito elevados, isto é, grandes empresas.

Atenuar a carga fiscal sobre grandes empresas, com massas tributáveis superiores a um milhão e quinhentos mil euros, parece-me que, face até ao contexto de grande esforço que os cidadãos têm vindo a fazer de aumentos e com uma elevada carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho, isto não é efetivamente uma medida de justiça.

Aquilo que se espera é que na próxima legislatura e no exercício das competências que a nossa Autonomia tem e que esta Assembleia tem, possa ser aliviada a carga fiscal que incide sobre o rendimento dos trabalhadores e sobretudo se aumente o rendimento de quem trabalha por essa via, mas também por via de uma ou outra política salarial de modo a que as injustiças na Região Autónoma dos Açores possam inverter-se. Que este ciclo de aprofundamento da pobreza e da injustiça social possa ser invertido. São esses os votos que desejo ao próximo Parlamento.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Penso que podemos continuar os nossos trabalhos.

Avançamos agora para o ponto 11 da nossa Agenda: **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 77/X – “Aprova o Sistema de Adesão ao selo da «Marca Açores Certificado pela Natureza» e o seu regime contraordenacional”**.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, esta Proposta de Decreto Legislativo Regional visa enquadrar, do ponto de vista da regulamentação e de todo o enquadramento correlacionado com a classificação «Marca Açores», a sua certificação, as regras de classificação e de certificação, e ao mesmo tempo o processo de

contraordenação pela utilização indevida ou abusiva da mesma «Marca Açores».

O desenvolvimento da «Marca Açores» assentou num conjunto de resoluções e esta regulamentação foi deliberada em sede de Conselho de Governo no âmbito das competências que o Governo tem.

No entanto, como sabem, as competências no âmbito das contraordenações são competências exclusivas da Assembleia. Não faria sentido trazer uma legislação com as contraordenações se não fosse no mesmo diploma compilada toda a matéria regulamentar da «Marca Açores» que tem vindo a ser publicada.

Neste contexto criámos um diploma síntese que, por um lado, introduz no âmbito de um Decreto Legislativo aquilo que são as matérias essenciais e estruturais da classificação da «Marca Açores» e associa um regime de contraordenações para evitar, por um lado, mas também penalizar, o uso indevido ou abusivo dessa mesma «Marca Açores».

A «Marca Açores» tem tido uma enorme adesão por parte das empresas açorianas. Neste momento temos mais de 1.400 produtos classificados, uma classificação extremamente importante, porque nela assenta uma imagem identitária única dos produtos açorianos, que cria uma mais valia do ponto de vista de penetração em novos mercados, nomeadamente nos mercados nacionais.

Isso tem resultado num aumento bastante significativo das vendas por parte das empresas e essencialmente depois de no início de fevereiro do ano passado termos iniciado esse processo da «Marca Açores» já com 1.400 produtos e com algum nível de penetração já identitário da marca nos mercados nacionais.

Neste momento estamos numa fase seguinte de reforço dessa mesma identificação da marca no contexto nacional, através de um conjunto de campanhas publicitárias em todo o país que já desenvolvemos e vamos desenvolver.

No dia 20 de setembro irá iniciar-se, nas 25 maiores superfícies dos hipermercados Continente, aos quais têm acesso imediato 4 milhões e meio de consumidores, uma promoção específica e privilegiada dos produtos «Marca Açores» e assim faremos enquanto unidade nas outras grandes superfícies comerciais, fazendo com que a «Marca Açores» não seja apenas, em primeiro lugar, aquilo que pretendeu ser, que é uma identificação de qualidade, um símbolo certificado por natureza de qualidade dos produtos açorianos de uma marca única de referência, mas também que os consumidores nacionais reconheçam essa marca e incorporem nas suas decisões de aquisição de produtos essa valorização que tem reflexos muito positivos para a economia regional, para as empresas que produzem produtos com fatores produtivos endógenos da Região e particularmente também para a criação de emprego nessa área.

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Renato Cordeiro tem a palavra.

(*) **Deputado Renato Cordeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De facto, a «Marca Açores» era algo que já há muito tempo era ambicionado pelos açorianos. Nos cadernos eleitorais de há quatro anos acho que constou de todos eles, e não só como uma marca, mas também como um conceito que promovesse a Região e todos os seus produtos, mas como aqui se ouviu em pouco mais de ano e meio já há uma adesão de 1.400 produtos. Isto por um lado é bom, mostra que há alguma criatividade, que há algum empreendedorismo na nossa Região, mas também há aqui algum risco na banalização da marca, associando a isso também algum tipo de produto que lá consta que eu próprio já ouvi, como há alguns deputados daqui também com certeza já devem ter

ouvido, que se calhar não é bem um produto regional, se calhar é um produto que não está bem dentro dos critérios do que é uma «Marca Açores».

Levantava também aqui algum receio entre o conflito que possa existir entre outras designações já conseguidas. Lembro aqui o caso da carne IGP. Temos que nos pôr sempre na situação da prateleira de uma superfície comercial perante o consumidor, em que entre uma carne IGP e uma carne certificada pela natureza com a «Marca Açores», aquilo que não é igual para um consumidor parece que é a mesma coisa com preços diferentes.

O mesmo se passa com o leite e com outros produtos.

Em sede de Comissão de Economia fiz uma questão que não teve resposta, que era, no artigo 9.º, alínea c), a carne de bovino não processada que se destina a ser comercializada. Depreendi, como uma grande parte dos açorianos também depreendeu, que é a carne que sai e que sai na sua maioria em meias carcaças e que depois vai ser desmanchada no continente.

Se esta carne levar a «Marca Açores», não havendo uma fiscalização eficiente, é provável que outra carne desmanchada no continente se encoste à nossa e vá para a prateleira tudo como carne «Marca Açores».

Defendemos o lema de um produto certificado pela natureza, mas há que convir que há características que carecem de um trabalho sério, profundo e que cientificamente certifique o benefício de um consumidor obter um produto com a «Marca Açores». Acho que este é que deve ser o caminho e a grande salvaguarda que deve ser feito e não aumentar o número de produtos e chegar a este número correndo o risco de banalizar uma marca que há muito tempo se esperou e desejou.

Obrigado.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu penso que sempre foi uma aspiração da Região ter uma marca identitária, até porque como todos nós sabemos os Açores nunca se poderá afirmar como uma Região que poderá produzir em alta escala e, portanto, vai ter que ter a capacidade de agregar as suas pequenas produções e fazer valorizar a qualidade daquilo que produz.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

A Oradora: Nesse sentido, com o objeto da «Marca Açores», que diz “o intuito de aumentar a perceção do valor da oferta, quer ao nível da qualidade dos produtos, quer diferenciando-os a partir de atributos mais distintivos dos Açores”, o CDS concorda em absoluto, mas a verdade é que este diploma que hoje é aqui trazido em nada garante que a «Marca Açores» vá em produtos que sejam ou de qualidade ou que tenham uma identidade ou uma genuinidade.

Portanto, é feito um cálculo meramente percentual em termos dos custos dos fatores de produção, mas a verdade é que, por exemplo, podemos ter num supermercado o selo da «Marca Açores» numa queijada da Graciosa ou numa queijada Dona Amélia, que efetivamente são produtos característicos dos Açores e ter o mesmo selo ao lado feito numa Dona Amélia ou num bolo qualquer que é feito com conservantes e que é feito com Margarina, etc., etc., desde que os custos de produção sejam superiores a 50% de produtos da Região.

Portanto, penso que corremos o risco de, com esta vontade de generalizar a venda de produtos açorianos, entretanto os consumidores consumirem coisas que diz lá Açores e que de facto não vão abonar nada na imagem daquilo que se produz na Região.

Além disso, o Sr. Deputado Renato Cordeiro já levantou uma ponta do véu, que é a Região fez um longo trabalho nas cognominações. Já temos mel DOP, já temos carne IGP, etc., etc., e para um consumidor normal no continente que chegue a uma grande superfície e vê carne IGP dos Açores e carne dos Açores com a «Marca Açores» não consegue distinguir o que é uma coisa e o que é outra.

A única grande diferença é que a carne IGP é vendida a 16, a 17 e a 18 euros, porque quem produz carne IGP está obrigado a cumprir um caderno de encargos rigorosíssimo, de alimentação em pasto, e mais isto, e mais aquilo e mais aqueloutro, e vai deixar de vender a sua carne porque o consumidor vê carne dos Açores a 6 euros e carne dos Açores a 16 euros. Ambas dizem Açores. O que vamos fazer é dar uma “machadada de misericórdia” nas nossas denominações de origem.

Em relação ao diploma tenho aqui algumas dúvidas. Por exemplo, quando diz que este diploma só se vai aplicar a todas as empresas que passem a pedir a marca a partir de agora ou dos processos que estejam pendentes.

O Sr. Vice-Presidente ainda há pouco tempo anunciou que já deu a marca a 1.200 produtos.

Eu pergunto: se este diploma só se aplica aos que pedirem daqui para a frente e aos processos que estão pendentes, os que já têm a «Marca Açores», os .1200 que já têm, podem prevaricar à vontade e deixam de ficar abrangidos por este diploma?

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Francisco César tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este é mais um diploma em que o Governo veio cumprir exatamente aquilo que se tinha comprometido, ou seja, de trabalhar junto das empresas, trabalhar junto dos produtores no sentido de criar uma marca, um selo, que permita a que os produtos açorianos possam ser mais valorizados.

Isto é importante no cenário em que nos encontramos, em que os Açores estão na moda, os Açores são sucessivamente referenciados pela qualidade dos seus produtos, em que os Açores sucessivamente ganham prémios pela qualidade e originalidade dos seus produtos, e esta marca que foi criada pelo Governo vai exatamente permitir que os consumidores possam referenciar a marca dos produtos dos Açores.

Obviamente que dentro desta marca, em mais de 1.500 produtos, há produtos de diversa qualidade, há produtos de todo o tipo, desde o mel, às queijadas, às conservas, ao leite, mas há também um trabalho que as próprias marcas têm que fazer.

Naturalmente um consumidor quando encontra carne IGP e carne com a «Marca Açores» exclusive, e vê uma diferença de preços, também saberá naturalmente diferenciar.

Há critérios de qualidade que são aqui estipulados e normalizados de forma a que os produtos deem uma garantia real ao consumidor da sua proveniência nos Açores.

Este é um trabalho que foi feito, está a ser realizado em conjunto com os nossos produtores e que já permite que no continente possamos referenciar a «Marca Açores» e os produtos dos Açores.

Basta ver que a campanha que foi anunciada nos 25 maiores hipermercados da marca Continente, vai permitir que muitos produtores, que naturalmente durante os últimos anos tiveram tempos difíceis devido à quebra do consumo, possam escoar os seus produtos valorizados com o selo e a marca que foi criada pelo Governo dos Açores.

Esta é, portanto, uma boa proposta, é uma proposta bem trabalhada, que merece naturalmente o voto favorável desta bancada.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

(* **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para responder à Sra. Deputada Graça Silveira dizendo que evidentemente não há nenhum hiato. Essa matéria está regulamentada até à entrada em vigor deste diploma no âmbito das resoluções aprovadas...

Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*): Mas as penalizações não!

O Orador: Porque as penalizações, Sra. Deputada, como sabe, são competência exclusiva da Assembleia. Portanto, só podem ser aplicadas a partir do momento em que existe um enquadramento de contraordenação que é competência da Assembleia.

Evidentemente não podem ser aplicadas com efeitos retroativos. Portanto, têm que ser aplicadas a partir do momento em que a Assembleia assume a sua competência de contraordenação. É isso.

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

(* **Deputada Graça Silveira** (*CDS-PP*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Então, Sr. Vice-Presidente, posso concluir da sua explicação que efetivamente as 1.200 marcas não vão estar sujeitas a penalizações.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Eu explico!

A Oradora: Depois explica-me muito direitinho.

Este diploma tem a regulamentação da marca e as respetivas penalizações. Até isto estar aprovado aqui, as marcas foram concedidas em função das resoluções que existiam e que estavam publicadas (certo?), mas não havia nada publicado em relação às contraordenações e às penalizações. Pela primeira vez está a ser aqui trazido.

Portanto, se diz que isto só se aplica... Diz aqui claramente: “o presente diploma é aplicável aos procedimentos de adesão e de renovação de procedimentos de adesão que se iniciem após a sua entrada em vigor, assim como às candidaturas pendentes”.

Portanto, todos os que já têm «Marca Açores» não estão abrangidos, pelo menos é o que se percebe pela leitura.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Não estão abrangidos porquê?

A Orador: Tenho uma outra dúvida também (depois se for para aplicar, aproveitavam e explicavam tudo junto):

No artigo 8.º (e até porque agora o Partido Socialista apresenta uma proposta de alteração que já suscitava dúvidas e esta nova redação ainda mais) está-se a regulamentar as condições de acesso dos serviços, a prestação de um serviço que pode levar a «Marca Açores».

Depois, diz: “2- Proceder à comercialização de produtos produzidos em estabelecimentos ou em unidades produtivas localizadas no território da Região não podendo o respetivo estabelecimento vender ou disponibilizar ao público mais de 15% de produtos”.

Deputado Francisco César (*PS*): Sra. Deputada, tem de ter 85% de produtos regionais!

Presidente: Sr. Deputado...

A Oradora: Sr. Deputado, eu sei que quer muito explicar, mas eu não percebo...

Presidente: Srs. Deputados, vamos permitir que a Sra. Deputada conclua a sua pergunta.

A Oradora: ... porque se é um selo para o serviço, no artigo 8.º em que se está a regulamentar as condições de acesso aos serviços, depois no ponto 2 só se fala em produtos e da percentagem de produtos que o estabelecimento tem que ter.

Portanto, tenho alguma dúvida em relação a isso.

Se me puderem explicar ajudavam-me a esclarecer. Não sei se é um lapso ou se é assim mesmo.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Francisco César, lamento imenso, mas eu ainda não lhe dei a palavra, até porque a Sra. Secretária Regional já estava inscrita, por isso peço imensa desculpa.

Sra. Secretária Regional, tem a palavra.

(*) **Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Isabel Almeida Rodrigues*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Graça Silveira, o artigo 25.º que se dedica a disciplinar a aplicação no tempo deste diploma, tem dois números. O número 1 refere-se claramente aos procedimentos de adesão e renovação de procedimentos de adesão, ou seja, entidades que vão solicitar pela primeira vez ou que vão renovar o seu processo. A esses, o diploma é imediatamente aplicável, naturalmente.

No número 2 diz que “as declarações de conformidade, autorizações, ou contratos emitidos antes da data da entrada em vigor do presente diploma, apenas são válidos até ao termo da sua validade inicial ou da renovação”, o que quer dizer que em matéria de procedimento de adesão, procedimento administrativo, cessada a validade inicial ou o período de renovação, aplicar-se-á o regime deste diploma.

A matéria das contraordenações não está afastada, o que significa que a partir do dia de hoje quem detenha um selo e incorra em matéria tipificada como contraordenação fica submetida a esse regime. Não pode é ficar por eventuais ações praticadas antes, porque nesta matéria, como sabe, a Constituição proíbe, e bem, a retroatividade.

Obrigada.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): **Presidente:** Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado Francisco César tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco César** (*PS*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Acho curioso a Sra. Deputada ir perguntar ao Governo uma proposta de alteração do Partido Socialista. Adiante!

Deputada Zuraida Soares (*BE*): As voltas que a vida dá!

O Orador: Já viu?!

A alteração é do PS, não é do Governo,...

Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*): Ah, é do PS?

O Orador: ... o que é diferente.

Presidente: Sr. Deputado Francisco César, faça o favor de continuar.

O Orador: Basicamente, Sra. Deputada, o que esta alteração, e o que este artigo diz, é que para os estabelecimentos comerciais poderem candidatar-se ao sistema eles têm que garantir duas premissas:

Primeira: cerca de 85% dos produtos que vendem, têm que ser produtos dos Açores...

Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*): Sr. Deputado, já percebemos, mas isto está a regulamentar os serviços, não o produto. É essa a minha dúvida!

O Orador: Isto é no artigo anterior.

... e que destes 85% (85!) tenham a «Marca Açores». É tão simples quanto isto, o que é substancialmente diferente do que estava anteriormente, que dizia que teríamos que vender 80% de todos os produtos da «Marca Açores» num determinado momento, o que é bem diferente.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Renato Cordeiro tem a palavra.

(*) **Deputado Renato Cordeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

(Diálogo entre o Deputado Francisco César e a Deputada Graça Silveira)

Presidente: Srs. Deputados, vamos permitir que o Sr. Deputado Renato Cordeiro também possa prestar os seus esclarecimentos e depois, se necessitarem de mais, voltarão a pedir a palavra.

O Orador: Obrigado, Sra. Presidente.

Sr. Vice-Presidente (não sei se para si e se para o Deputado Francisco César...), o artigo 16.º levanta-me aqui uma dúvida, que é a parte da fiscalização.

O ponto 1 diz aqui que “a fiscalização do cumprimento do estabelecido no presente diploma cabe à Inspeção Regional das Atividades Económicas”.

A minha questão é que há certos produtos que saem da Região em peças inteiras. É o caso do queijo de São Jorge ou o queijo ilha. Saem em queijos de 10 quilos.

Como já referenciei há bocado, as carcaças que saem em meias carcaças e fora da Região é que são processadas para venda ao público.

A minha questão é, fora da Região quem é que fiscaliza a manutenção da «Marca Açores»?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Evidentemente que a competência nesta matéria é uma competência no âmbito da Região, porque as entidades a quem é identificada essa competência estão dentro da Região, mas da mesma maneira que se procede nas outras matérias, se for identificada uma utilização indevida fora da Região, a entidade congénere, em termos de competência, será a ASAE (penso que ainda tem o mesmo nome) que terá as competências para identificar essas irregularidades e comunicar à Região para que se proceda em termos de processo, da mesma forma que é feito o inverso em situações que se identifiquem na Região no âmbito das competências da Inspeção Regional das Atividades Económicas.

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Pergunto se há mais inscrições?

(*Pausa*)

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então começar a votação. Votação na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A Proposta de Decreto Legislativo Regional apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco à câmara a possibilidade de votação em conjunto dos artigos 1.º ao 7.º.

Não havendo oposição vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista ao artigo 8.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 8.º, com esta alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Pergunto à câmara se posso colocar à votação em conjunto os restantes artigos do diploma?

Não havendo oposição estão então à votação todos os restantes artigos que compõem este diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Em votação final global a Proposta de Decreto Legislativo Regional apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos então avançar com os nossos trabalhos.

Passamos agora para o ponto 12 da nossa Agenda: **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 62/X – “Determina a aquisição de um navio com**

capacidade de transporte de passageiros, veículos e carga, para estabelecimento de uma ligação marítima regular, anual, entre as ilhas de S. Miguel e Santa Maria”. Este Projeto de DLR é apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Piros.

Deputado Aníbal Piros (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta é a quarta vez que o PCP traz esta proposta a este Parlamento, ou melhor, o objeto da proposta, porque ela tem vindo a sofrer alterações, até em função da discussão que tem sido feita e algumas questões que têm sido colocadas, quer pela bancada do Partido Socialista, quer pela bancada do Governo, quer até por algumas bancadas da oposição, mas o objeto continua a ser o mesmo, isto é, a aquisição de um navio dedicado ao transporte de passageiros, mercadorias e viaturas que sirva as ilhas do Grupo Oriental.

Fizemo-lo em 2012, 2013 e 2015 e estamos a fazê-lo agora em 2016 e é bom lembrar que esta iniciativa deu entrada na Assembleia não o mês passado, não há 15 dias atrás, mas em janeiro deste ano e isto para me prevenir já relativamente a algumas acusações que possam vir relativamente ao *timing* da discussão esta Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Insistimos e insistiremos nesta proposta quantas vezes forem necessárias, não por teimosia, mas porque é uma medida útil para a economia das ilhas do Grupo Oriental, necessária e urgente para o desenvolvimento de Santa Maria e para quebrar o seu isolamento e porque é uma proposta que, inevitavelmente, se vai tornar realidade, seja ou não concretizada por um governo regional do PS.

Podem chumbá-la mais uma vez, que isso só servirá para aumentar o vosso incómodo quando, no futuro próximo, chegar a altura de terem de a aprovar!

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta ligação irá acabar por ser uma realidade. O problema, neste caso, é o tempo que estamos a desperdiçar. É que, se a nossa proposta tem custos, muito maiores são os custos de não se criar esta ligação, mais caras para o erário público e para as empresas são as oportunidades de desenvolvimento que se estão a perder. E por isso, pergunto, quanto custa adiar mais uma vez esta decisão? Quanto custa a falta de visão estratégica do Partido Socialista no que diz respeito às políticas de coesão?

E atente-se bem no que a nossa proposta de DLR propõe:

A criação de um grupo de trabalho, no âmbito da Secretaria Regional do Turismo e Transportes, com a missão de realizar os estudos prévios necessários e formular recomendações para uma definição da tipologia, dimensões e modelo de aquisição de um navio adequado para estabelecer esta ligação e concretizar esta operação.

Não estamos a tomar uma decisão sem fundamentação, não estamos acrescentar despesa pública sem ponderação.

Estamos a decidir, ou a procurar que isso seja feito, sim, que esta ligação é importante, que é útil e a dar o primeiro passo no sentido de a tornar realidade, compatibilizando-a não só com os serviços marítimos e aéreos que já existem, como também com a capacidade financeira da Região.

Isto não é uma proposta razoável? – pergunto, Sras. e Srs. Deputados.

Trata-se aqui, Sras. e Srs. Deputados, de uma questão de vontade política. E, mesmo que não tivesse outro mérito, a nossa proposta permite clarificar isso mesmo: Quais são os partidos que acham que as duas ilhas, São Miguel e Santa Maria, devem desenvolver-se em estreita ligação, aproveitando as sinergias que a sua proximidade pode gerar, repartindo proporcionalmente os frutos do progresso e do desenvolvimento? E quais são os partidos que vêem Santa Maria apenas como uma ilha periférica, adjacente, mera colónia de férias que não vale

a pena desenvolver e na qual não vale a pena investir e para a qual as ligações de verão são suficientes?

Deputado André Bradford (PS): Não apoiado!

O Orador: É isto que vai ficar definido e claro, para os marienses, mas não só, também para os micalenses, aqui e hoje, em função da votação e do destino que esta proposta do PCP vier a ter.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Trazemos aqui novamente esta proposta, sobretudo porque ela corresponde à vontade genuína dos marienses e dos micalenses, porque ela dá resposta a uma reivindicação legítima da população das duas ilhas. Estamos aqui, como é nossa obrigação, a dar voz às pessoas, a garantir que as suas aspirações são ouvidas.

E veremos se agora, em período eleitoral, os mesmos que a rejeitam aqui neste Parlamento vão ou não resistir à tentação de a prometer, em parangonas ou à boca pequena, aos marienses e micalenses!

Quando forem em campanha eleitoral pedir o voto dos habitantes destas duas ilhas, não se esqueçam de lhes explicar por que é que acham que esta ligação não é necessária ou, se for esse o caso, que estão arrependidos e que na próxima legislatura vão mudar o vosso sentido de voto e aprovar a proposta que o PCP aqui irá trazer outra vez se esta hoje for reprovada pela maioria dos Deputados desta câmara!

Disse!

Deputado André Bradford (PS): O senhor já não precisa de ir fazer comício a Santa Marai. Já o fez aqui!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Duarte Moreira tem a palavra.

(*) **Deputado Duarte Moreira (PS):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este Projeto de Decreto Legislativo Regional que o PCP aqui traz hoje é, de facto, como disse o Sr. Deputado Aníbal Pires, a quarta iniciativa neste âmbito. Por uma via, por um Projeto de Resolução, por um Decreto Legislativo Regional, por aquilo que regimentalmente é possível, o PCP tem apresentado no sentido de ser instituído um transporte...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Somos resistentes!

O Orador: Reconheço!

... marítimo de passageiros, mercadorias e viaturas, permanente (portanto, durante todo o ano), entre Santa Maria e São Miguel.

No entanto, e nesta minha primeira intervenção, gostaria de deixar aqui duas ou três questões ao Sr. Deputado Aníbal Pires para ele poder esclarecer esta câmara. Provavelmente não sei se só a mim, não sei se os outros Deputados estão esclarecidos ou não, mas eu não estou. São as seguintes questões, e espero que o Sr. Deputado consiga ouvir ao mesmo tempo que fala ao telefone:

Quanto custa esta solução que o Partido Comunista Português está a propor?

Quem paga?

Como é que se financia esta operação? Será através dos produtos da ilha e dos agentes, ou se há outra solução?

O que é que se faz ao operador privado que neste momento opera entre Santa Maria e São Miguel?

Só mais uma questão:

Se o Sr. Deputado concorda ou não claramente com a solução e com aquilo que a Atlânticoline tem para aquisição de dois novos navios a operar nos Açores, como é sobejamente conhecido?

Nesta minha primeira fase, e após os esclarecimentos do Sr. Deputado Aníbal Pires a estas três questões, direi mais qualquer coisa sobre este assunto.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Secretários Regionais:

Sr. Deputado Duarte Moreira, da mesma forma que tenho sido persistente e paciente relativamente à apresentação desta proposta, certamente que lhe darei a resposta às suas solicitações e aos seus esclarecimentos que, aliás, denotam alguma falta de criatividade por parte da bancada do Partido Socialista relativamente às questões que têm sido colocadas sistematicamente...

Deputado Francisco César (PS): E a falta de criatividade por parte do PCP. Já é a quarta vez que traz aqui!

O Orador: Não! Está enganado! E há de ser muitas mais.

Mas a questão é a seguinte, comecemos pela última:

O PCP já disse publicamente que apoia... Melhor, é uma exigência que já devia ter sido cumprida, que a Região ficasse dotada (e nunca nos pronunciámos sobre a tipologia porque não temos essa competência técnica para o fazer, nem sobre a dimensão, mas é uma exigência do PCP, desde há décadas) de navios que garantam uma operação que decorra todo o ano e que ligue todas as ilhas dos Açores.

Portanto, quanto à questão dos navios que estão, digamos, em fase de concurso, de adjudicação, etc., e que há uma intenção de os adquirir, só peca por ainda não estarem cá, na Região. Isso só peca por não estarem na Região. Aliás, se quer ir por esse caminho, algumas culpas podem ser assacadas ao Partido Socialista e ao Governo Regional pelo facto dessa medida ainda não ter sido concretizada.

Portanto, sobre isso estamos conversados.

Quanto à questão do operador privado, não há, nem nunca houve, independentemente da forma como nós temos apresentado esta iniciativa, nada

que indicie como é que é o modelo e quem é que vai fazer a exploração. Nada!...

Nunca houve uma indicação que dissesse “isto é para ser feito por esta ou por aquela empresa, que fique afeto ao setor público ou não fique afeto ao setor público”, até porque reconhecemos o papel importante da empresa que assegura o transporte de mercadorias para Santa Maria, com um grande esforço.

Todos reconhecemos o papel importante dessa empresa, mas também reconhecemos que o equipamento que ela detém para fazer aquele serviço há muito tempo que não é adequado às exigências do transporte marítimo e do acondicionamento das mercadorias. Também reconhecemos isso.

Portanto, Sr. Deputado Duarte Moreira, a questão é a seguinte:

É ou não é necessário que aquelas duas ilhas...

Não deixa de ser interessante aqui um outro aspeto da bancada do Partido Socialista e tem a ver com o seguinte:

É que são os Deputados de Santa Maria que normalmente vêm defender a posição da bancada do Partido Socialista.

Deputado Duarte Moreira (PS): Sem problema nenhum!

O Orador: Sr. Deputado, pelo amor de Deus. Nem eu quero interferir...

Deputado Francisco César (PS): Lembra-se o que é que o Sr. Presidente da Câmara disse?

O Orador: ... na gestão da bancada do Partido Socialista, mas a verdade é esta: esta proposta do PCP não é para servir só Santa Maria. É para servir São Miguel e Santa Maria! É para servir as ilhas do Grupo Oriental. Portanto, não há grande necessidade de ser apenas o Deputado ou os Deputados de Santa Maria, quer sejam os Deputados do PSD, quer sejam os Deputados do Partido Socialista, a virem defender a posição destas duas bancadas.

Estou a referir apenas estas duas só por isto, só porque os Deputados eleitos pelo círculo eleitoral de Santa Maria são só do PSD e do PS.

Esperemos que agora a 16 de outubro, eventualmente, esta situação possa ser alterada, em Santa Maria, até porque isso só seria vantajoso designadamente para os marienses, digamos uma representação neste Parlamento mais plural do que aquela que tem acontecido até agora.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Seis partidos. O senhor quer mais pluralidade?

O Orador: Mas isso é outra questão, Sr. Deputado.

Isto quer dizer que também os Deputados de São Miguel deveriam ter alguma coisa a dizer sobre isto, porque isto não é para Santa Maria, é para Santa Maria e para São Miguel.

Portanto, é bom que tenhamos isto em conta, porque é efetivamente para servir as duas ilhas, as ilhas do Grupo Oriental, que necessitam efetivamente de um navio dedicado ao transporte entre estas duas ilhas.

E se esta iniciativa quando foi apresentada em 2012 não recolhia a não ser apoio popular, quer em São Miguel, quer em Santa Maria, isto foi evoluindo e houve, entretanto, alguns organismos, algumas instituições representativas, designadamente da sociedade mariense e dos agentes económicos marienses, que foram evoluindo na sua posição, e que a partir de determinada altura começaram a dar parecer positivo a esta iniciativa.

Portanto, é evidente que o caminho faz-se caminhando e já se deram alguns passos, designadamente na conquista de apoios de algumas instituições representativas da sociedade mariense para apoiarem esta iniciativa, isto para além de que em São Miguel, claramente, os micalenses desejam esta solução para as duas ilhas.

(Aparte inaudível do Deputado José San-Bento)

O Orador: Não. Isso é V. Exa.. Eu deixo isso ao seu cuidado e espero que venha ao debate e justifique por que é que isto não serve os interesses de São Miguel e de Santa Maria, mas isso é uma outra questão.

Portanto, Sr. Deputado Duarte Moreira, cá estamos para responder a mais questões que nos queira colocar se assim entender.

Deputado Francisco César (PS): Ainda não respondeu a todas. E os custos?

Deputado Duarte Moreira (PS): Falta a última!

O Orador: Sr. Deputado, eu respondo, visto que me lembrou de uma questão que o Deputado Duarte Moreira colocou. Do que é que nós estamos a falar?

Estamos a falar na criação de um grupo de trabalho no âmbito da Secretaria Regional dos Transportes e Turismo. Pelos vistos, o Deputado Duarte Moreira e a bancada do Partido Socialista, designadamente o Vice-Presidente Francisco César, tiveram alguma dificuldade na interpretação do diploma que aqui apresentamos.

É porque aquilo que nós estamos aqui a propor é um grupo de trabalho criado no seio da secretaria. Qual é que é o custo? Qual é que é o custo? Esse custo é zero, porque tem lá técnicos suficientes para fazer esse estudo.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Duarte Moreira tem a palavra.

(*) **Deputado Duarte Moreira (PS):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não é verdade que este Projeto de Decreto Legislativo Regional apenas proponha a criação de um grupo de trabalho. Este Projeto de Decreto Legislativo Regional vai impor, digamos assim, ao Governo a aquisição de um navio conforme está aqui previsto.

No entanto, já percebi que o Sr. Deputado não faz a mínima ideia de qual o custo e qual o impacto que isso terá para os produtos, quer para a entrada, quer

para a saída dos produtos na ilha de Santa Maria, e quem financiará, como é que será o modelo.

Gostava também de acrescentar mais qualquer coisa relativamente à entrada e saída quer de mercadorias, quer de viaturas, quer também de passageiros.

Perguntar se o Sr. Deputado sabe – gostaria que nos elucidasse – quantas toneladas ou quantos contentores é que são carregados e descarregados na Ilha de Santa Maria por ano? Em que épocas de ano? Quantos passageiros é que viajam nos barcos da Atlânticoline durante os cinco meses, ou seis meses, entre Santa Maria e São Miguel e qual as épocas do ano e por mês?

Isso tem importância quando se faz o desenvolvimento de um projeto, saber, em termos de meses, de frequência, o que é que se prevê para essa rota entre Santa Maria e São Miguel.

Deixe-me que lhe responda a uma outra questão que o senhor ali falou. Por ser um período eleitoral, esta bancada, este grupo parlamentar, não é mais nem menos responsável do que é durante toda a época e durante toda a legislatura.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: Esta iniciativa já tendo vindo aqui noutros anos os marienses continuaram a dar a sua confiança ao Partido Socialista, porque sabem que o Partido Socialista, esta bancada e os Deputados de Santa Maria, onde eu me incluo e me incluí durante os últimos oito anos, têm defendido os interesses de Santa Maria. Sabem disso os Srs. Membros do Governo com quem nós discutimos os assuntos da Ilha de Santa Maria a miúdo, sabe disso a sociedade civil da Ilha de Santa Maria, as empresas, as associações, sabe isso a população da Ilha de Santa Maria que reconhece esse trabalho e não é por ser período eleitoral que nós vamos aqui mudar a nossa posição na tentativa de angariar mais votos, até porque existe o compromisso do Governo ...

Deputado Bruno Belo (PSD): E o senhor agora também não quer mais votos!

O Orador: Sr. Deputado, a forma de angariar mais votos é ser responsável em toda a ação e durante todos os anos que nós aqui estamos.

Deputados Berto Messias e Francisco César (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Existe o compromisso do Governo, e está nos planos da Atlânticoline, com a aquisição de dois novos navios, suprir esta necessidade, porque nós também queremos a melhoria contínua dos transportes e das acessibilidades entre Santa Maria e São Miguel. Não é entre Santa Maria e São Miguel, é entre a entrada e a saída de Santa Maria, qualquer que seja a origem e qualquer que seja o destino.

Deputados Berto Messias e André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Isso tem vindo a verificar-se de forma que ninguém objetivamente pode contrariar.

Também nos transportes marítimos.

Vou facilitar um pouco a vida ao Sr. Deputado Aníbal Pires, porque sei que ele não tem estes números.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito obrigado!

O Orador: Vou dar-lhe um exemplo, em termos de mercadoria carregada e descarregada no operador local, no transporte “Os Pareces”:

Mercadoria carregada em 2015 – 847 toneladas, sazonal, com uma maior incidência nos meses de verão, julho e agosto, menos já em setembro;

Mercadoria descarregada – 7.326 toneladas, também com uma maior incidência nos meses de julho e agosto, ou seja, no período de verão, que é precisamente o período em que já existe barcos com três toques semanais, e nalgumas épocas do verão ainda mais, na Ilha de Santa Maria, e que muito recentemente, ainda esta semana, permitiu a saída de cerca (não foi em contentores, foi em carga

rodada, foi contentorizada em São Miguel) de 7 ou 8 toneladas de meloa com destino ao Pingo Doce. É só um pequeno exemplo daquilo que estamos aqui a falar.

Por outro lado, se falarmos em termos de contentores, os novos navios não irão prever a questão do transporte de contentores, a não ser a carga rodada.

Em termos de passageiros...

Deputado Francisco César (PS): Está ouvindo, Aníbal?

Deputado Aníbal Pires (PCP): O PS ainda tem muito para aprender!

O Orador: Eu, ao contrário, tenho muito a aprender com o Sr. Deputado.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: É a humildade que devemos reconhecer e esta bancada aprende com toda a gente.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Eu não disse para si. Eu disse o PS. Não disse o Deputado Duarte Moreira!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Em termos de passageiros transportados nos barcos da Atlânticoline em 2015, só para referir o último ano em que os dados estão completos, foram descarregados em Santa Maria 8.686 passageiros.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Desembarcados!

O Orador: Desembarcados! Obrigado, Sr. Deputado.

Mas se formos discriminar isto por mês vamos ver que no mês no maio foram só 320, no mês de junho 348, no mês de julho aumenta substancialmente, 2.886, no mês de agosto 3.638 e no mês de setembro 1.494.

Portanto, temos aqui a prova de que nos meses de inverno a procura (nem sequer estamos a falar nos meses de inverno, estamos a falar de meses da primavera, maio/junho) de passageiros nos barcos da Atlânticoline é diminuta, o que acontecerá durante os meses de janeiro, fevereiro, dezembro, durante o resto do ano.

Portanto, estas questões têm que ser vista com responsabilidade.

Eu não estou a dizer que o Sr. Deputado é irresponsável, porque conheço-o e sei que não é. Não é essa a questão.

Nós, quando fazemos esta análise temos que ver isto com responsabilidade e propor uma solução que seja uma solução integrada e que seja uma solução regional, que é aquilo que está previsto.

Que fique claro, e para os marienses: o Partido Socialista, os Deputados de Santa Maria e eu próprio, queremos sempre, como temos provado ao longo dos anos, a melhoria contínua das acessibilidades, aliás, como tem vindo a acontecer.

Para já, Sra. Presidente, ficava-me por aqui.

Muito obrigado.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Primeiro um esclarecimento. Aqui no aparte que estava a ter com o Deputado Francisco César eu disse que não tinha nada a aprender, mas não era consigo, Sr. Deputado Duarte Moreira, era com o Grupo Parlamentar do Partido Socialista. De facto, não se aprende nada com o Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Deputado Berto Messias (PS): Essa arrogância fica-lhe muito mal. Nós aprendemos muito consigo!

O Orador: Consigo terei muito a aprender certamente, até porque a sua área de especialidade é muito diferente da minha.

Agora, com o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não se aprende mesmo nada.

Relativamente às questões que o Sr. Deputado Duarte Moreira em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista colocou, vamos lá ver uma coisa:

Sr. Deputado Duarte Moreira, há 15 anos qual é que era o número de passageiros desembarcados na SATA Air Açores, em Santa Maria? E qual é que era o número de passageiros embarcados?

Deputado Francisco César (PS): Também quer um avião da SATA?

O Orador: Qual é que era o número de passageiros embarcados e desembarcados no Aeroporto de Santa Maria? E qual é que é o número atual?

Não tem nada a ver, pois não, Sr. Deputado? Não tem nada a ver. A diferença é de muitos milhares de passageiros.

Hoje desembarcam no Aeroporto de Santa Maria, muito mais passageiros do que desembarcavam há 10 ou 15 anos atrás. Isso deve-se ao quê, Sr. Deputado Duarte Moreira? Deve-se à melhoria da oferta. É evidente que a oferta melhorou, a procura aumentou.

Quando falamos da melhoria da oferta – eu é que não devia estar a dizer-lhe isto, porque isto o senhor devia saber muito bem – isto tem a ver com o funcionamento do próprio mercado. Isto é que eu não necessitava de estar a dizer ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista,...

Deputado André Bradford (PS): O senhor não percebe nada da oferta e procura!

O Orador: ... que são uns fiéis adeptos da teologia do mercado. Tem a ver com a questão da oferta e da procura.

Deputado André Bradford (PS): O senhor não percebe nada disso!

O Orador: Isto é que eu não precisava de estar a explicar.

Portanto, Srs. Deputados, a questão é a seguinte: aquilo que o PCP propõe e irá certamente continuar a propor, é uma ligação marítima dedicada e que complementa, que seja integrada na rede de transportes regional aérea e

marítima, mas dedicada apenas a São Miguel e Santa Maria e continuaremos a fazer isso.

Mais. Temos vindo a melhorar e a transformar a nossa proposta. Atualmente aquilo que estamos a propor é que se crie, para decidir sobre este assunto, um grupo de trabalho no âmbito da Secretaria Regional dos Transportes e Turismo e que o modelo de negócio (frequências, a tipologia do navio, etc., etc.) seja definida – veja lá que até lhe fazemos isto – através de resolução do Conselho do Governo.

Portanto, Sr. Deputado, V. Exas. deviam analisar melhor,...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): E agradecer!

O Orador: ... até porque são 31 deputados. São demasiados deputados. Trinta e um é demasiado para um grupo parlamentar!

É preciso reduzir a dimensão, é necessário para a Democracia nos Açores, reduzir o número de Deputados desta bancada...

Deputado José San-Bento (PS): Onde isto já vai!

O Orador: ... que não é capaz sequer de interpretar um Decreto Legislativo Regional que tem apenas quatro ou cinco pontos e que é de fácil leitura.

Portanto, são muitos deputados,...

Deputado Lizuarte Machado (PS): Cá por mim já me vou embora!

O Orador: ... muitos assessores, muitos adjuntos para tão pouco trabalho e para, sobretudo, construir a argumentação para, digamos, reprovar esta iniciativa do PCP, mas o PCP continuará. Vai haver certamente um dia em que isto vai acontecer: vai haver uma ligação marítima dedicada entre as ilhas do Grupo Oriental.

Deputado Duarte Moreira (PS): Vai haver, porque o Governo já decidiu isso!

O Orador: Pode até nem ser proposta pelo PCP, mas vai haver. Disso temos a certeza. Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Jorge Macedo tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma iniciativa semelhante, ou praticamente idêntica, tem vindo sucessivamente a este Parlamento pela mão, ou pela pena, do Partido Comunista Português.

Também em sede de Comissão de Economia fomos repetidamente ouvindo as forças vivas de Santa Maria, as entidades que podiam ser diretamente envolvidas, beneficiadas ou não, com a iniciativa do Partido Comunista Português.

Já vou às audições e à opinião das forças vivas de Santa Maria, mas antes disso gostaria de fazer uma espécie de declaração de interesses por parte do PSD. O PSD tem sido um partido, entre outros, muito crítico relativamente ao setor dos transportes marítimos de passageiros, viaturas e carga rodada, implementado pelo Governo Socialista que há 20 anos governa os Açores. Relativamente a isso julgo que não há nenhuma dúvida.

As críticas foram desde o primeiro dia até agora, porque os motivos para essas críticas são de todos conhecidos e todos os açorianos os conhecem.

Deputado André Bradford (PS): Não há dúvida nenhuma! Todos os açorianos conhecem-vos!

O Orador: Não vale a pena recordar o triste episódio do Atlântida.

Agora não podemos é concordar com iniciativas que ainda retalhem mais um pano que está todo esfarrapado. Agora, qualquer que seja o vencedor das eleições, há uma regra de ouro que tem que ser cumprida. Qualquer investimento que se faça em transporte marítimo de passageiros, viaturas e carga rodada, tem que ser um investimento que esteja integrado num plano, chame-se PIT ou chame-se outra coisa qualquer, mas tem que ser integrado, porque nós não podemos continuar (os açorianos não podem continuar!) eternamente à espera de soluções cujas soluções são apenas sazonais, são

apenas durante os meses de verão e são apenas com barcos velhos e antigos, cujas promessas de barcos novos os açorianos já as ouvem há duas dezenas de anos.

Portanto, Sr. Deputado Aníbal Pires, se há partido, entre outros, que sempre adotou uma posição muito crítica relativamente ao setor dos transportes foi o PSD.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Menos! Um bocadinho menos!

O Orador: Agora não pode o PSD é concordar com uma iniciativa que dedique exclusivamente um barco a duas ilhas para o transporte de passageiros que nem pela tradição, o transporte de passageiros só entre essas duas ilhas, a sua proposta consegue vencer ou convencer, porque essa tradição não existia, essa tradição não existe, a não ser nos meses de verão, e certamente no futuro também será difícil, muito difícil, senão inviável, se implementar, a não ser alimentada com enormíssimos recursos públicos, que julgo que também não é esse o objetivo do PCP...

Deputado André Bradford (PS): Acho que é!

O Orador: ... nem de nenhum dos partidos que aqui estão presentes nesta Assembleia.

Acresce o facto de também em sede de Comissão de Economia termos aturadamente ouvido as forças vivas, pormenorizadamente ouvido as forças vivas.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é verdade!

O Orador: E as forças vivas de Santa Maria dizem que neste momento a proposta é extemporânea porque, por exemplo, a concorrência do transporte aéreo e a proximidade de preço entre aquilo que é o transporte marítimo e o transporte aéreo de passageiros é muito grande.

Portanto, pela concorrência *versus* ou complementada pela comunidade de um transporte aéreo que demora 15/20 minutos, desde a saída de Ponta Delgada até

ao aeroporto de Santa Maria e vice-versa, face a uma viagem (a não ser que seja feita em barcos rápidos) que a tensão de inverno, com ondulação superior a 2 metros e meio, três metros, tem que andar tanto devagar como os outros, demoraria por exemplo quatro horas.

Ou seja, o custo e o benefício certamente que não aliciariam o mercado que o Sr. Deputado Aníbal Pires afiança que existirá, mas nessas questões é importante que percebamos o histórico, que não existe, o presente que é muito sazonal e que não augura, em termos de viabilidade de operação, uma viabilidade futura que todos gostaríamos que pudesse vir a existir, mas num sistema integrado, e não apenas numa delegação dedicada, para não retalharmos ainda mais um pano que já está todo esfarrapado.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu penso que em relação a este assunto está praticamente tudo dito.

De resto, todas as bancadas já discutiram esta iniciativa do Sr. Deputado Aníbal Pires por quatro vezes.

Penso que de facto esta nova iniciativa hoje aqui trazida é ligeiramente diferente, que é que se crie uma comissão de trabalho que só peca por não ser mais abrangente, porque ao contrário daquilo que o Sr. Deputado Jorge Macedo disse, o PSD não é o partido que se tem preocupado com as questões dos transportes na Região. O CDS, ainda há muito pouco tempo, apresentou exatamente nesta Casa uma proposta para que se repensasse o transporte marítimo. O Governo não estava disponível sequer para estudar o novo modelo.

Portanto, duvido, Sr. Deputado Aníbal Pires. Percebo que é uma promessa política...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é promessa, porque eu não faço promessas!

A Oradora: ... e reconhecemos a sua persistência e a sua coerência (tem que ser aqui dito), mas duvido que o Governo esteja disponível para repensar o modelo atual, porque trouxemos uma iniciativa que propunha exatamente isso, se fazer um estudo e não se quis fazer o estudo.

Duvido que, mesmo com toda a sua bondade, uma Comissão que faça parte da Secretaria Regional dos Transportes e Turismo consiga avaliar a pertinência da sua iniciativa, até porque não está disponível para avaliar a pertinência do atual modelo de transportes marítimos na Região.

Mas devo dizer-lhe, Sr. Deputado, lamento que insista nesta sua proposta porque propor ao Governo adquirir um novo barco é contribuir para perpetuar uma longa história de episódios lamentáveis como foi, por exemplo, o da construção dos barcos e todo o drama que houve à volta da questão do estaleiro de Viana do Castelo.

No último concurso foi novamente uma história lamentável. Primeiro não cumpriam os cadernos de encargos depois o concurso ficou vazio.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): O que é que se está a discutir aqui, Sra. Deputada?

A Oradora: A aquisição de um navio.

Portanto, todo o histórico de aquisição de navios por este Governo é lamentável e o Sr. Deputado Aníbal Pires, com a sua iniciativa, vai querer perpetuar essa história lamentável de aquisição de barcos pela Região.

De facto, penso que esta sua proposta faz sentido porque vai ter que haver um estudo, mas este estudo vai ter que ser um estudo muito especial, porque assim

para o comum dos mortais, como nós aqui, que não percebemos muito de transportes, é difícil perceber que um transporte marítimo com uma sazonalidade tão marcada, como é o que acontece entre Ponta Delgada e Santa Maria, justifique um barco todo o ano, ainda para mais, como já foi dito, em que o tempo mínimo de transporte é de 3 ou 4 horas, com um preço de bilhete de 60 e tal euros, quando hoje é possível fazer exatamente o mesmo trajeto por mais 10 ou 15 euros, por 15 minutos.

Sr. Deputado, tenho a convicção de que existe mercado para a sua proposta. Portanto, espero que efetivamente se consiga arranjar uma Comissão para a Secretaria Regional dos Transportes e Turismo, que consiga provar que a sua proposta é viável, porque outras coisas mais inimagináveis, com estudos e com planos, este Governo consigo provar que eram viáveis.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes** (*Vítor Fraga*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Deputado Aníbal Pires, se não me engano, comigo nestas funções, é a quarta vez que discutimos este tema e permitem-me dizer que não por insistirmos no erro que ele deixa de ser erro. Esta opção que o PCP aqui apresenta, no nosso entendimento, é um erro, porque é uma solução avulsa do sistema de transportes que, na nossa opinião, deve ser um sistema de transportes integrado que discrimine positivamente todas as ilhas.

Aliás, a este propósito, gostaria de recordar aquilo que é o exemplo que está em vigor no triângulo, que no decorrer desta legislatura mostrou claramente as suas virtuosidades, nomeadamente com o crescimento ao nível do tráfego de passageiros, nesta parcela do arquipélago, de 63 mil passageiros de 2012 para

2015, e com a introdução de novas valências como o transporte de viaturas e carga rodada.

Para além disso, Sr. Deputado, inclusivamente, no decorrer deste ano, no ano de 2016, e reportando-me apenas a oito meses já fechados do ano, temos um crescimento do número de passageiros, nesta parcela do arquipélago, de 25 mil passageiros e mais 2.523 viaturas, o que é demonstrativo do sucesso do modelo que está implementado e que se pretende que seja estendido a todas as ilhas numa perspetiva integrada, que contemple o transporte, uma solução de mobilidade não só entre duas ilhas como o Sr. Deputado aqui propõe, mas que contemple a mobilidade de pessoas e bens numa lógica integrada de toda a Região, incrementando a mobilidade de todas as açorianas e de todos os açorianos por um lado e contribuindo de uma forma determinante para o desenvolvimento do mercado interno.

Muito obrigado.

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Fausto Brito e Abreu*):

Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Secretários Regionais:

Queria felicitar o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes pela expressão que utilizou de que não é por insistir no erro que ele deixa de ser erro.

Deputado José San-Bento (*PS*): Não é isso! O senhor tem que compreender as restrições!

O Orador: De facto, é uma expressão adequada para caracterizar não a proposta do PCP, mas aquilo que têm sido as políticas de sucessivos governos regionais que insistem no erro e voltam a insistir. Aliás, o resultado das vossas políticas está à vista.

Portanto, quero felicitá-lo porque de facto encontrou aí uma frase, uma síntese perfeita, para caracterizar aquilo que têm sido as políticas dos sucessivos Governos do Partido Socialista. Muito obrigado, Sr. Secretário.

Quanto à argumentação que utilizou e que foi no fundo também a argumentação que a bancada do PSD utilizou para justificar o seu voto, há aqui uma questão:

Todos nós sabemos que nalgumas áreas da nossa economia a sazonalidade é um problema. E não vamos fazer nada para resolver a sazonalidade, ou vamos?

Deputado Jorge Macedo (PSD): O senhor quer pôr os passageiros a viajar de barco com mau tempo. Nem amarrados. Querem ir é de avião!

O Orador: V. Exas. têm, designadamente o PSD, uma visão muito pequenina, ou melhor, nem é por causa das neblinas que este ano nos afetaram, é de facto por outras motivações. A verdade é que vocês não veem pouco mais além do que o dia de hoje. Isso é pena e é por isso que as políticas falham, porque pensam para agora, não pensam para amanhã, não pensam para o futuro.

Então, Sr. Deputado, sazonalidade é um problema? É sim senhor.

Vamos aceitar isso e não vamos fazer nada para quebrar a sazonalidade? É uma inevitabilidade?

Sr. Deputado, pelo amor de Deus!

Cabe-nos a nós, espera de nós o povo açoriano, que encontremos soluções para quebrar estes ciclos económicos e que são gravemente afetados pela sazonalidade, mas V. Exa., Sr. Deputado, e o PSD, que relativamente a estas questões são como uma espécie de siameses do Partido Socialista, é o tal PS com D e o tal PS sem D (são assim como siameses relativamente a isto), a vossa visão não vai além do “logo à tarde”. Já não é, enfim, do “amanhã”, é do “logo à tarde”.

Portanto, Srs. Deputados, para já, relativamente à argumentação que tem sido aqui utilizada, quer pelo PSD, quer pelo PS, relativamente à justificação da posição que vão adotar na votação, é de facto, assente em falácias e numa visão

reduzida daquilo que deve ser o desenvolvimento das políticas de coesão da Região Autónoma dos Açores.

Aquilo que espero é que o povo açoriano retire não só ao Partido Socialista alguns corpos, mas também ao PSD.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Duarte Moreira tem a palavra.

(*) **Deputado Duarte Moreira (PS):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente a esta iniciativa do PCP penso que está tudo dito, devidamente esclarecido.

O que eu queria, Sra. Presidente, é neste momento, sendo esta a minha última intervenção nesta Casa, dirigir-me a todas as Sras. e os Srs. Deputados, quer da anterior legislatura, quer desta, que comigo partilharam o desempenho destas funções que muito me honraram, quero cumprimentá-los a todos, quero cumprimentar os funcionários da Assembleia, os funcionários e colaboradores dos diversos Grupos Parlamentares e das Representações Parlamentares, muito em particular os colaboradores e funcionários do Grupo Parlamentar do Partido Socialista com quem privei mais de perto. Dizer que, nas minhas funções tudo fiz para honrar as funções de Deputado Regional e esta Assembleia...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

O Orador: ... e dizer-vos que têm em Santa Maria um amigo e, porque como humanos nós erramos, se porventura ofendi alguém ou houve alguma situação menos correta da minha parte para com qualquer um dos Srs. Deputados e dos Srs. Membros do Governo, peço aqui humildemente desculpa e dizer que andaremos todos por aqui. Os Açores são nove ilhas e são pequenas. Têm em Santa Maria, de certeza absoluta, acolhimento da minha parte quando lá forem.

Muito obrigado a todos.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Jorge Macedo.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta é também a minha última intervenção. Escrevi as coisas para não me escangalhar, porque certamente também vai ser a intervenção mais difícil, tal como a primeira. A primeira foi curioso. Estava sentado, penso que aqui, e quando me deram a palavra as pernas tremiam como varas verdes e era apenas um Voto de Congratulação, ou congratular-me com um Voto de Congratulação. Apenas!

(Risos da Câmara)

Mas o só facto de ter 50 e muitas pessoas a olhar, para mim, de facto, foi muito difícil, tal como esta naturalmente também será.

Gostei muito dos doze anos que aqui estive como Deputado. Aprendi que quando não concordamos podemos concordar que discordamos. Aprendi isso com o Carlos Costa Neves.

Aprendi que este é um palco privilegiado onde podemos defender ideias e projetos.

Aprendi que discordar é apenas pensar de maneira diferente, não significa desconsiderar ou destratar quem pensa de maneira diferente.

Aprendi que podemos debater sem atacar pessoalmente os nossos adversários e muito menos ofendê-los.

Aprendi que os políticos são gente de carne e osso que querem defender os seus concidadãos.

Aprendi que a oposição na sua missão fiscalizadora é tão importante como a função executiva.

Aprendi que a política é uma função muito nobre, muitas vezes incompreendida, provavelmente por culpa nossa.

Aprendi que é possível respeitar os que pensam de maneira diferente; aprendi que não há verdades absolutas, nem donos da razão.

Sobretudo aprendi que na defesa do bem comum é muito mais aquilo que nos une do que aquilo que nos separa.

Nesta minha última intervenção quero cumprimentar e enaltecer o trabalho dos funcionários desta Assembleia Legislativa Regional, sem eles o nosso trabalho seria muitíssimo menos produtivo; os Deputados das três últimas legislaturas que tive a honra de conhecer e de trabalhar; os Presidentes, Vice-Presidentes e Secretários da Mesa, cumprimento V. Exa. e ao fazê-lo cumprimento todos os que garantiram a condução dos trabalhos nesta Assembleia; aos Presidentes da Comissão de Economia, o José do Rego, o Francisco César, aos Relatores e Secretários da Comissão de Economia, ao cumprimentar o Deputado José Ávila e o Deputado Renato Cordeiro, cumprimento todos os outros das anteriores legislaturas, todos os colegas Deputados que me deram a honra da sua amizade, todos os jornalistas e trabalhadores dos órgãos de comunicação social.

Sempre me senti respeitado, mesmo nos debates mais duros e contundentes.

Sempre tentei e fiz questão de respeitar todos os colegas Deputados e se em algum momento, nalgum debate ou nalgum aparte possa ter ofendido algum colega, peço agora desculpa.

Daqui a dias há eleições. Aos que não continuam nesta Assembleia desejo a todos as maiores felicidades pessoais e profissionais; aos que não forem eleitos os mesmos votos de sucesso pessoal e profissional, e garanto que há muita vida política para além do Parlamento e os que desta vez não forem eleitores podem ser muito úteis noutras frentes na defesa dos seus concidadãos; aos que forem eleitos, façam tudo o que estiver ao vosso alcance para podermos ter uns Açores sempre melhores.

Ganhe quem ganhar as eleições, trabalhem com afinco e paixão.

Lembrem-se sempre dos filhos dos açorianos, que são eles os herdeiros legítimos do que fizemos de bem.

Fui muito feliz neste Parlamento e saio feliz com a opção que tomei o ano passado.

Regresso à minha empresa, Eletricidade dos Açores, onde também fui muito feliz.

Um bem-haja a todos e havemos de nos encontrar por aí.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais intervenções. Vamos então passar à votação deste diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. Deputadas que se abstêm façam o favor de sentar.

Secretária: O Projeto de Decreto Legislativo Regional apresentado foi rejeitado com 23 votos contra do PS, 14 votos contra do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 2 abstenções do CDS-PP.

Presidente: O Sr. Deputado Aníbal Pires pede a palavra para?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Para uma interpelação, Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental. Regressamos ao meio e um quarto.

Eram 11 horas e 59 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 12 horas e 25 minutos.

Entramos agora no ponto 13 da nossa Agenda: **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 72/X – “Repõe o direito à compensação por caducidade dos contratos a termo resolutivo celebrados com a Secretaria Regional da Educação e Cultura - primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional 1/2016, de 8 de janeiro”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Para justificar a urgência tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Presidente, se me der autorização, gostaria, antes de propriamente apresentar a urgência, de dirigir umas palavras à câmara, uma vez que esta é a última sessão desta legislatura (eu não sei se a urgência vai ser aprovada ou não) e eventualmente esta será a última intervenção da Representação Parlamentar nesta legislatura. Se me der licença...

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Orador: Muito obrigado.

Eu não vou propriamente, digamos, apresentar despedidas a ninguém, nem me despedir de ninguém, não porque tenha qualquer certeza ou garantia de que estarei aqui na próxima legislatura, uma vez que isso depende da vontade soberana que o povo açoriano irá expressar no dia 16 de outubro.

Não me despeço, porque não é a minha atitude perante a vida, despedir-me de ninguém, mas quero cumprimentar toda as Sras. e os Srs. Deputados, todas as Sras. e os Srs. Membros do Governo, os que estão presentes e os que estão ausentes, cumprimentá-los e desejar a todos votos dos maiores sucessos pessoais, profissionais e políticos.

Estendo este cumprimento a todos os funcionários da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a todos os jornalistas, enfim, a todos quantos fazem com que esta Casa funcione e levam os ecos daquilo que é a atividade parlamentar ao povo açoriano. Portanto, desejar a todos os maiores votos pessoais, profissionais e políticos.

Relativamente a quem antecipadamente sabe que não vem (e não vou enumerar, porque há um conjunto de Deputados e Deputadas que já se sabe, antecipadamente, que não estarão na próxima legislatura, porque não são candidatos, a razão é essa), um cumprimento muito especial. Foi de facto um prazer trabalhar convosco, conhecê-los, conviver convosco em diferentes situações, quer aqui no calor do debate, quer nos corredores desta Assembleia, quer no trabalho parlamentar que vai muito para além daquilo que é a semana do plenário. A todos, e designadamente à Mesa que conduziu os trabalhos durante esta legislatura, desejo os maiores votos de sucessos pessoais, profissionais e políticos. Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Aplausos da Câmara)

Relativamente à urgência deste diploma eu julgo que, ou julgamos nós, a Representação Parlamentar do PCP, se esta medida não for tomada neste exato momento há um grupo de docentes que eventualmente virão a ser colocados na chamada segunda cíclica que, por força de uma norma introduzida no Orçamento da Região de 2016, perdem o direito à compensação por caducidade do seu contrato de trabalho.

Essa norma foi introduzida no Orçamento da Região de 2016, porque constava do Orçamento de Estado de 2015, mas também como sabemos ela caiu no Orçamento de 2016.

Já na altura em que discutimos o Plano e o Orçamento para 2016, a Representação Parlamentar do PCP, no vasto conjunto de propostas que fez de alteração ao Plano, mas também ao Orçamento, designadamente a esta norma, tinha proposto a sua eliminação, que foi rejeitada (já não me lembro se...) pela câmara. Não interessa quem é que rejeitou.

Julgamos que é da mais elementar justiça que essa norma seja retirada do Orçamento da Região, ou melhor, que essa compensação, que é efetivamente devida, até porque consta da Lei Geral do Trabalho em funções públicas, estes docentes que vierem a ser contratados, ainda com uma dilação no tempo, depois do dia 1 de setembro, sejam compensados, como está legalmente estabelecido.

Isso tem que ser feito agora, sob pena destes profissionais do ensino, que anualmente e até vivem em situação precária, não sejam prejudicados por uma norma que não faz nenhum sentido, uma vez que ela caiu no Orçamento de Estado para este ano e que a Lei Geral do Trabalho em funções públicas prevê essa compensação pela caducidade do trabalho.

Daí o facto de termos apresentado com carácter de urgência e dispensa de exame em Comissão.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Nuno Meneses tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Meneses (PS)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente a este pedido de urgência, apresentado pelo PCP, e sem me deter na pertinência ou não de se reavaliar o modelo da compensação atualmente em vigor por caducidade dos contratos a termo com a Secretaria Regional da Educação e Cultura, apenas referir que sendo esta uma proposta que produz efeitos com a aprovação no próximo Orçamento de 2017, considera, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, não fazer sentido aprovar-se o pedido de urgência com dispensa de exame em Comissão.

Atendendo a que o Orçamento para 2017 será discutido e elaborado no início da próxima legislatura, haverá margem suficiente para que se analise o documento em Comissão, se assim o PCP o entender, ou até mesmo em sede de discussão do Orçamento.

Alterar cirurgicamente o Orçamento deste ano com efeitos para o de 2017, não nos parece que tenha pertinência nesta fase.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Joaquim Machado tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD)**: Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

O PSD considera de toda a pertinência a discussão desta iniciativa legislativa do PCP e tem também de considerar que a argumentação agora mesmo trazida pelo Partido Socialista é uma argumentação que, não fosse este o último dia de trabalho desta legislatura que nos convoca para uma certa contenção do debate e dos termos da argumentação, necessariamente teria de ser adjetivada de uma forma violenta, porque é de absoluta ironia, para não usar uma outra expressão,

e de desrespeito para com os professores, porque efetivamente em sede de discussão do Orçamento para 2016 o Partido Comunista e o PSD apresentaram propostas exatamente para resolver este problema.

Portanto, se houvesse vontade do Partido Socialista para resolver esta matéria que prejudica os professores contratados, tê-lo-ia feito em novembro quando efetivamente as propostas foram apresentadas.

Melhor dizendo: não teria permitido que o Governo Regional tivesse inscrito esta norma no Orçamento, que é uma norma discriminatória, prejudicial para os professores dos Açores.

Um professor que tenha terminado o seu contrato no dia 31 de agosto, que hoje está sem trabalho nos Açores, não sabe se vai receber uma compensação por caducidade do contrato até ao dia 31 de dezembro. Uma compensação que qualquer funcionário, qualquer agente da administração pública que preste serviço temporariamente, como acontece com os professores contratados, sabe e tem direito nos termos do que dispõe a Lei Geral do Trabalho em funções públicas. Mas esse professor que hoje está desempregado nos Açores tem que esperar até ao dia 31 de dezembro para saber se recebe ou não a compensação e só a receberá se até a esse dia voltar a ser contratado.

Além de estar no desemprego tem ainda a circunstância de ter de esperar quatro meses para receber a dita compensação.

Portanto, achamos pertinente, concordamos com a urgência e temos de dizer com toda a clareza que esta atitude do Partido Socialista contradiz o Sr. Presidente do Governo Regional nas declarações que aqui fez no dia que assinalou os 40 anos do nosso Parlamento.

Nesse dia, disse o Sr. Presidente que a Autonomia é uma forma de responder positivamente aos nossos problemas, é uma forma de responder de forma diferente às nossas circunstâncias. O Partido Socialista acaba de comprovar

exatamente o contrário, porque neste domínio como em muitos outros, na área da educação, onde temos absoluta autonomia, o PS faz diferente e faz para pior. Neste caso, discrimina professores contratados, gente que não tem trabalho, gente que não tem rendimento, gente que ano após ano anda de mochila às costas a saltar entre as nossas ilhas quando se lhe depara uma oportunidade de trabalho e que, perdendo este ano esse trabalho, não sabe se tem direito à compensação e se tiver direito a ela só a receberá em janeiro. Isto não é uma forma séria, nem justa, de concretizar entre nós aquilo que é o desígnio maior da Autonomia.

Disse.

Deputada Judite Parreira e Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem agora a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Dizer que o Bloco de Esquerda vai obviamente votar favoravelmente esta urgência.

Isto nem é bem uma urgência, é a reposição da legalidade e de um direito, e dizer também que a pertinência ou a impertinência desta iniciativa da Representação Parlamentar do Partido Comunista, será certamente avaliada pelas centenas de professores e de professoras que verão os seus direitos e as suas vidas prejudicadas e mais uma vez penalizadas pelo atraso do Partido Socialista e do Governo Regional em reconhecer aquilo que é mais do que evidente.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Vamos então passar à votação deste pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi rejeitado com 24 votos contra do PS, 14 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Encerrámos agora os trabalhos da nossa Agenda. Passo a ler a Proposta de Deliberação final:

“A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de setembro”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A Proposta de Deliberação final foi aprovada por unanimidade.

(*) **Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, eu pedia apenas mais um minuto da vossa atenção, naturalmente para vos dirigir um agradecimento muito especial pela vossa colaboração, pela vossa dedicação. Desejo a todos as maiores felicidades, àqueles que continuarão para constituir a nova Assembleia, na XI Legislatura e naturalmente um cumprimento especial a todos aqueles que nos deixarão, agradecendo o vosso contributo e a elevação com que, nos anos em que exerceram funções de deputados, contribuíram também assim para dignificar a nossa Assembleia.

Uma palavra de reconhecimento, também muito especial, aos líderes parlamentares e aos Membros da Mesa, que me acompanharam neste percurso de quatro anos, nem sempre fácil, mas que naturalmente foi possível construir os consensos necessários com a ajuda de todos vós.

Dirijo também uma palavra de apreço a todos os Membros do Governo, e em especial à Sra. Secretária Regional que teve assento na Conferência de Líderes e que também desta forma nos ajudou a construir os consensos que foram necessários.

Um agradecimento muito especial a todos os funcionários da Assembleia nas suas mais diversas delegações. São eles também a base de todo o nosso trabalho e naturalmente também um agradecimento a todos os colaboradores dos Grupos e Representações Parlamentares.

Penso que cumprimos com a nossa função. Fiz o melhor que podia. Peço desculpa também por alguma situação que tenha corrido menos bem.

Penso que o caminho faz-se caminhando (é uma expressão que utilizamos muito nesta Assembleia), mas também é caminhando que aprendemos. Penso que vamos todos aprendendo também com o nosso trabalho e daqui o meu mais profundo agradecimento a todos vós.

Tenham um bom regresso a casa.

(Aplausos de pé da câmara)

Eram 12 horas e 43 minutos.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Pedro Miguel Medeiros de Moura

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Nuno Miguel Aguiar de Meneses

Paula Alexandra Pires Silveiro Bettencourt

Partido Social Democrata (PSD)

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

(*) Texto não revisto pelo orador

A redatora: Maria da Conceição Fraga Branco

Documento entrado

Listagem da correspondência:

1- Projeto de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 18/2004/A, de 13 de maio, que adapta à Região Autónoma dos Açores os Decretos-Leis n.ºs 550/99, de 15 de dezembro, e 554/99, de 16 de dezembro, que, respetivamente, estabelecem o regime jurídico da atividade de inspeção técnica de veículos a motor e seus reboques e o regime jurídico das inspeções técnicas de automóveis ligeiros, pesados e reboques - n.º 73/X](#)

Proveniência: PPM

Data de Entrada: 2016 – 09 – 07

Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão

2 – Requerimentos:

Assunto: [.Equiparação dos Técnicos Superiores das IPSS e Misericórdias](#)

Autor: Joaquim Machado (PSD)

Data de Entrada: 2016 – 09 – 06

Referência: 54.03.00 – N.º 623/X;

3 – Respostas a Requerimentos:

Assunto: [O Programa EduAzMar](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 09 – 05

Referência: 54.07.00 – N.º 603/X;

Assunto [Interdição de pesca do goraz: Governo vai ou não compensar os pescadores?](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 09 – 05

Referência: 54.03.00 – N.º 498/X;

4 – Relatórios:

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da ALRAA](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2016 – 09 – 06;

Assunto: [Relatório no âmbito da audição parlamentar da Diretora do Centro Regional dos Açores da Rádio e Televisão de Portugal, S.A., a que se referem os artigos 42.º, n.º 2, alínea d\) do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, com a redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 2/2007,](#)

de 12 de janeiro, e 5.º, n.º 5, dos Estatutos da Rádio e Televisão de Portugal, S.A., aprovados pela Lei n.º 8/2007, de 14 de fevereiro

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2016 – 09 – 09;

Assunto: Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da ALRAA

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2016 – 09 – 05;

Assunto: Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da ALRAA

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2016 – 09 – 06;

Assunto: Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 75/X – Aprova o regime jurídico da responsabilidade técnica pela direção e orientação das atividades físicas desportivas desenvolvidas pelas entidades que prestam serviços na área da condição física (fitness), designadamente os ginásios, academias ou clubes de saúde (Health Clubs), estabelecidas na Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão de Assunto Sociais

Data de Entrada: 2016– 09 – 06;

Assunto: Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da ALRAA

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2016 – 09 – 07;

5 - Diários:

Consideram aprovados nesta Sessão Plenária os Diários n.ºs 142, 143, 144, 145 e 146.

A redatora: Maria da Conceição Fraga Branco